

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIFICAÇÕES	CÓDIGO DA FICHA					
	TO	01	00	07	F30	02
	UF	SÍTI-	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Município de Natividade
LOCALIDADE	Natividade
MUNICÍPIO / UF	Natividade/TO

2. BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Casario
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade
ENDEREÇO	Natividade, Tocantins.
PROPRIETÁRIO	É composta por diversos proprietários sendo que muitos imóveis estão em situação fundiária indefinida ou irregular em relação à propriedade em função dos inventários das famílias. A partir das iniciativas de revitalização surgiu a necessidade de regularização da documentação dos imóveis no Centro histórico.
AUTOR DO PROJETO	O tombamento é relativo ao conjunto do casario da cidade, sem imóveis tombados isoladamente pelo IPHAN. Não se aplica o conceito de autoria nas construções por se tratar de um conjunto de arquitetura vernacular. O sítio arquitetônico da cidade é formado de por 260 unidades.
CONDIÇÃO ATUAL	☒ íntegro ☐ memória ☐ ruína
CATEGORIA	☐ civil ☐ militar ☐ religiosa ☐ institucional ☐ industrial ☐ comemorativa ☐ mobiliário urbano ou obra de arte
ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO	Século XVIII.
PROTEÇÃO EXISTENTE	Conjunto Arquitetônico Paisagístico, Urbanístico de Natividade foi tombado - processo de tombamento do Iphan de nº1.117-T 84/Sphan inscrito em 16/10/1987 e no Livro do Tombo Vol. 2 (folhas 05, nº 519) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (folhas 55, nº 14 inscrição nº 590). Lei nº 083 de 25 de setembro de 1992, que dispõe sobre o Código de Edificações da Cidade de Natividade. Lei nº 086/92 de 25 de setembro de 1992, que dispõe sobre o Zoneamento de Usos do solo Urbano. (Iphan 14ª Coordenação Regional - Natividade-TO).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES		TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com							
PROTEÇÃO EXISTENTE		Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico, de Natividade Inscrição nos Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN em 16/10/1987, Processo de tombamento nº1.117-T84 Proteção Estadual: Bens imóveis isolados: Igreja de Nossa Senhora de Natividade, Igreja de São Benedito					

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES		TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com e Ruínas do Rosário. Proteção Municipal: Lei nº 083 de 25 de setembro de 1992 (Código de Edificações da Cidade de Natividade)							

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

:Fotos

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.

Acervo fotográfico UFT/FAPTO – TO010007F30A2 n°22, Edificações – TO010007F30A2n°20, Edificações – Casario – TO010007F30A2n°22 Fotos de 1 a 80Casario do centro tombado de Natividade

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO 01 00 07 F30 02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

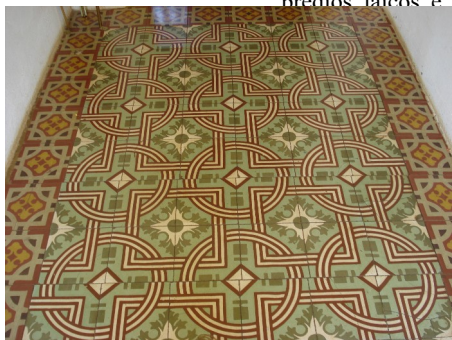
Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos grandes laços e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com



F1 TO010007F3002A2n°22 Detalhe casario
Foto Sandra Lima



F2TO010007F3002A2n°22F4, Detalhe casario
Raphael Mendes



F3 TO010007F3002A2n°22F7 Detalhe casario
Raphael Mendes

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO 01 00 07 F30 02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

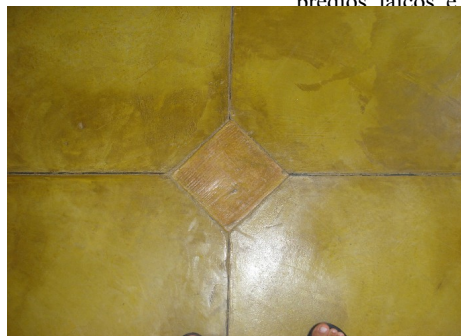
Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos muros das casas e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com



F4 TO010007F3002A2n°22F6 Detalhe casario
Foto Sandra Lima



F6 TO010007F3002A2n°22F8 Detalhe casario telha
Foto Sandra Lima



F7 TO010007F3002A2n°22F11 Detalhe casario Banheira
Raphael Mendes

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES		TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com							
Acervo fotográfico UFT/FAPTO – TO010007F30A2 nº22, Edificações – TO010007F30A2nº20, Edificações – Casario - TO010007F30A2nº22 Fotos de 1 a 80. Casario do centro tombado de Natividade							

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO 01 00 07 F30 02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera de construção sólida e esteticamente composta com



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos



F11 Casa do Ouvidor Foto Raphael Mendes 09-2007



F12 Casa do Ouvidor Foto do Acervo da ASCCUNA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

TO010007F3002A2n°22 F47



F13 Antigas cadeia e prefeitura Fotos Raphael Mendes 09-07

TO010007F3002A2n°22 F77



F14 Antigas cadeia e prefeitura Fotos acervo da ASCCUNA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO 01 00 07 F30 02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

TO010007F3002A2n°22 F18



TO010007F3002A2n°22 F75



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES				TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com									
F15 Casa de D. Aquina - Fotos Raphael Mendes 09-2007					F15 Casa de D. Aquina - Fotos Raphael Mendes 09-2007				
TO010007F3002A2n°22 F42					TO010007F3002A2n°46				

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos



F16 Casarão dos Viana - Fotos Raphael Mendes 09-2007



F17 Casarão dos Viana – Fotos Acervo da ASCCUNA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES
TO
01
00
07
F30
02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

TO010007F3002A2n°22 F61

TO010007F3002A2n°22 F78

Fotos Raphael Mendes 09-2007



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

F18 Casa Mestre Ourives Antônio Nunes
TO010007F3002A2n°22 F50

F19 Casa Mestre Ourives Antônio Nunes
TO010007F3002A2n°22 F51

F20 Fole
TO010007F3002A2n°22 F13

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO 01 00 07 F30 02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, na construção sólida e essencialmente composta com



F21 Casa mestre Juvenal
TO010007F3002A2n°22 F19



F22 Casa mestre Juvenal
TO010007F3002A2n°22 F33

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com



F23 Casa Do Mestre Bernardino de Sena Fernandes
TO010007F3002A2n°22 F74



F24 Casa Do Mestre Bernardino de Sena Fernandes
TO010007F3002A2n°22 F84



F25 D. Coracy
TO010007F3002A2n°22 F85

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO 01 00 07 F30 02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera de construção sólida e essencialmente composta com



F26 Casa da Tia Naninha



F27 Casa da Tia Naninha

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e essencialmente composta com



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos lugares ricos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

3. Descrição arquitetônica**3.1. AMBIÊNCIA**

A relação espacial entre o sítio tombado e o contexto urbano é assim descrita:

Até meados do século XX, a cidade permanecia a mesma consolidada no período colonial. Essa foi a área tombada e, ainda hoje, chega a 50% da área edificada a da população residente. Houve algum crescimento sobre a área nova, fora do perímetro do sítio, porém mesmo com a baixa densidade e volumetria não ocorreu interferência excessiva sobre o Sítio.¹

A cidade foi fundada junto à Serra da Natividade, que faz da Serra Geral da Bahia. Está próxima à margem esquerda e arenosa do córrego Praia, oposta à montanha. A Serra atinge nesta extensão uma cota de 850 metros. Como a cidade de Natividade desenvolve-se no patamar dos 320/330 metros, a Serra apresenta-se com um desnível de cerca de 500 metros. A área sob proteção federal corresponde ao ambiente urbano, natural e construído.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com A Serra foi o principal fator econômico para a população da cidade no século XVIII, por meio da atividade mineradora. Lá se encontram os vestígios das primeiras atividades de extração de ouro relacionadas à origem do núcleo urbano, como ruínas de diques, canais e abrigos residenciais, por conseguinte, a proposta original de tombamento incluía a vertente oeste da Serra, distante 1 km do núcleo histórico.²

Viajantes do início do século XIX, como J.E. Pohl descreveram Natividade como uma vila de 300 casas com telhas, mas sabe-se que além dessas casas, deveria haver pelo menos mais uma centena de casebres e palhoças, precárias, provisórias, que elevariam a população a pelo menos 2.500 pessoas, entre famílias de fidalgos, aventureiros, pardos, negros forros e escravos, área certamente maior que o perímetro de proteção do centro histórico atual.³

A estrutura urbana colonial está preservada. Os becos e as ruas irregulares não sofreram alterações significativas.

Adélia Camelo Pinheiro⁴ destaca que: “a procissão ia lá na igreja de São Benedito, parava um pouco na porta, descia, andava a cidade toda (...) vinha pela rua do Rosário, passava ali na frente (...) a rua da Simone se chamava rua dos Cruzeiros, cheia de cruz

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

de lá em baixo até (...) chama rua dos cruzeiros e fazia estação... degrau de pedra... muitas casas aqui tinha esse degrau.” Ainda segundo d. Adélia, apenas a casa dos Viana tinha porão e sótão, onde atualmente é a casa do prefeito. Já no que se refere ao beco da tia Hozana ou beco da tia Cota ela aponta que: *“ lá embaixo, já tinha a prefeitura. É bem esse que entra assim, perto da Escola Nossa Senhora de Fátima, sai lá na rua de Simone.”*

Ainda se referindo aos becos D. Adélia⁵ diz que:

(...) o beco do cemitério antigo, o beco João Araújo perto da casa de Dario, o pai de Simone, beco do conselho em frente ao Banco da Amazônia (...) Tinha um casa de lá essa daí de cá e aí um beco. Do outro lado hoje não tem nada, ele ligava em frente a casa de D. Coraci. Que sai lá na rua dos Cruzeiros. O beco do Cambech ou beco dos aflitos ou beco da tia Cora segundo ela “ é a mesma coisa.”o beco da Jaqueira “ aí tinha um beco e tinha uma

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e essencialmente composta com jaqueirana, um pé de jaca, uma baitona de uma jaqueira bem aí, a casa onde era do doutor Quintiliano Luiz da Silva, médico muito bom.

Simone Camelo Araújo⁶ aponta que muitas mudanças ocorreram nos anos 1960/1970:

Até lá, foi. Na década de 60, final de 60 início de 70, por influência de Brasília, o antigo era feio. Então fechou-se isto aqui, e lá abrindo ruas, até o tio meu que era prefeito na época. Tem que ter um progresso. Vamos abrir essa cidade que não tem rua. E saiu destruindo, derrubando casa. Porque não tinha realmente ruas mais largas né, e abriu, pro patrimônio foi uma grande perda mas pra ele na época né, início de 70 era um grande avanço, né de acabar com essas coisas velhas e abrindo que está chegando o progresso, chegando o carro na cidade e não tem por onde circular. Foi um tio meu que fez isso, e abriu setores, criou né.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

AMBIÊNCIA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Fonte: Plano Diretor de Natividade-TO (2005)

Fonte: Plano Diretor de Natividade - TO (2005)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

MAPA 09: CENTRO HISTÓRICO TOMBADO PELO IPHAN



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

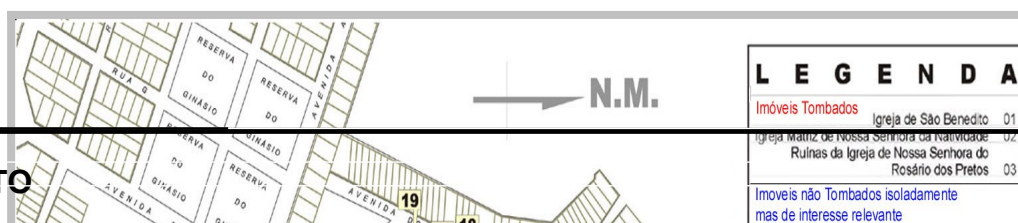
Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

MAPA 10: IMÓVEIS TOMBADOS E DE RELEVANTE INTERESSE CULTURAL**LEGENDA**

Imóveis Tombados

Igreja de São Benedito 01

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade 02

Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos 03

Imóveis não Tombados isoladamente mas de interesse relevante

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.⁷

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade.⁸ O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.⁹

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos

pequenos laços e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com elementos simétricos e ritmo simples, destacam-se alguns elementos mais elaborados, tais como os portais de entradas, os cunhais, cornijas, platibandas ou beirais – quando o telhado avança sobre o plano das fachadas. Em contrapartida, as igrejas e mosteiros eram mais elaborados externamente e seus interiores ricamente ornamentados. (...)

Paralelamente a todas(...) correntes estilísticas eruditas os leigos produziram suas Arquiteturas utilizando e reinterpretando elementos desses conceitos arquitetônicos oficiais. É a chamada Arquitetura Vernacular, na qual encontramos belos exemplos nas zonas rurais, (...)¹⁰

O casario do conjunto colonial é composto por construções simples de pavimento térreo, edificadas no limite do lote.

De estrutura urbana colonial, com ruas irregulares, o Sítio destaca-se pela simplicidade do casario e pela ausência de

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com monumentalidade das construções públicas, resultando em um conjunto harmônico. As fachadas são basicamente de dois tipos, correspondendo aos ciclos econômicos pelos quais passou a cidade. As fachadas mais despojadas são do período relativo a mineração do século XVIII; e as fachadas mais ornamentadas, do segundo período, ligado à pecuária, a partir do século XIX.¹¹

A partir do século XIX e começo do XX, o casario passa a sofrer intervenções nas fachadas, através da sobreposição de ornamentos nas fachadas coloniais, que no sentido estrito e formal, nem podem ser considerados como "eccléticos", pois são uma apropriação popular de elementos da sintaxe do estilo eclético, introduzido no Brasil a partir da Independência. São elementos decorativos como molduras, falsas colunas, faixas com desenhos de motivos geométricos¹², arabescos e motivos florais.

O casario do conjunto colonial é composto por construções simples de pavimento térreo, edificadas no limite do lote.

De estrutura urbana colonial, com ruas irregulares, o Sítio destaca-se pela simplicidade do casario e pela ausência de monumentalidade das construções públicas, resultando em um conjunto harmônico. As fachadas são basicamente de dois tipos, correspondendo aos ciclos econômicos pelos quais passou a cidade. As fachadas mais despojadas são do

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com período relativo a mineração do século XVIII; e as fachadas mais ornamentadas, do segundo período, ligado à pecuária, a partir do século XIX.¹³

A partir do século XIX e começo do XX, o casario passa a sofrer intervenções nas fachadas, através da sobreposição de ornamentos nas fachadas coloniais, que no sentido estrito e formal, nem podem ser considerados como "eccléticos", pois são uma apropriação popular de elementos da sintaxe do estilo eclético, introduzido no Brasil a partir da Independência. São elementos decorativos como molduras, falsas colunas, faixas com desenhos de motivos geométricos¹⁴, arabescos e motivos florais.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos

mentos lãre e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Esse vocabulário de ornamentos foi introduzido por mestres de obras oriundos da Bahia no início do século XX. É deste período também a introdução de ladrilhos hidráulicos para o acabamento dos pisos internos das casas, que ainda são encontrados em alguns exemplares como o imóvel da atual sede do Iphan na cidade. A ornamentação da fachada colonial era um símbolo do status econômico reconquistado com a revitalização da economia local por meio da atividade pecuária, que corresponde ao ciclo econômico da cidade nesse período.

Dentro do conjunto merecem destaque a Igreja de São Benedito (religioso, meados do século XVIII) e a casa nº 128 (residência de 1898), localizada na Praça da Matriz. Representante da ocupação original do povoado, (...) A casa nº 128, do outro período de vulto econômico da cidade, está localizada na Praça da Matriz, foi encomendada por Lourenço José da Costa, que incumbiu para a tarefa Artur Bomba, artesão que teria construído inúmeras casas na cidade. Este artesão havia sofrido as influências de pedreiros e carpinteiros oriundos da cidade da Barra, na Bahia, que vieram à Natividade, no final do século XIX, para construir a casa de Joaquim da Silva, chefe político local e pecuarista. Tendo sido a casa também um pouso, a distribuição de seu espaço interno e externo traz a marca da diversificação, em virtude das novas necessidades, que o conjunto habitacional sofreu com o Ciclo da Pecuária. Nesse

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com período passavam a fazer parte das edificações espaços diferenciados para dispensa (armazenando em cômodos separados farinhas, grãos, carnes), forno, galpão para bezerros, paiol, quarto de arreio, rancharia (local para pouso de tropeiros e peões) e casas comerciais.¹⁵

Sistema Construtivo

O sistema construtivo predominante do centro histórico de Natividade é a taipa de pilão.

A técnica da taipa de pilão é um procedimento milenar, registrado em todos os continentes.

Trata-se de uma técnica que utiliza barro, água, fibras vegetais e algum tipo de aglomerante, que pode ser o extrato ou sangue de animais. Estes componentes são apiloados numa forma de madeira, o taipal, confeccionado por tábuas com cerca de 0,40m de altura, dispostas ao longo das fundações corridas.

A mistura é compactada em camadas de 0,20m, retirando-se o excesso de umidade para que a mistura superior possa ser assentada, e assim sucessivamente até a altura pré-determinada através de guias de madeira.

Devido à provável fragilidade da mistura, as paredes devem ter no mínimo 0,60m de espessura, proporcionando um bom isolamento térmico. Podem ser adicionadas pedras à argamassa, formando um canjicado.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com vulnerável à água, as paredes devem ser protegidas por amplos beirais e construídas acima do nível do terreno, preferencialmente apoiada em fundações de pedra - “boas botas e um bom chapéu”, ideais para o clima tropical. A abertura dos vãos é previamente determinada com a inserção de esteios de pedra ou madeira como guarnição das envazaduras, gerando pequenos nichos internos que são ocupados com conversadeiras.

Características da técnica:

- Requer uma mão de obra numerosa, pois trata-se de um processo artesanal, demorado;
- depende das condições meteorológicas, pois não deve ser executado em temporada chuvosa;
- as paredes são executadas em grande espessura, nunca menor do que 0,60m;
- os vãos devem ser previamente demarcados, devido à dificuldade de abri-los posteriormente;
- deve ser protegida em relação às chuvas e à umidade do terreno.¹⁶

Em Natividade as pedras adicionadas à argamassa de barro do adobe são pequenos pedriscos e seixos do córrego local. O baldrame das casas é feitos com pedras extraídas da região, provavelmente da Serra de Natividade. Foram encontrados na composição das

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com argamassas em Natividade além da cal como aglomerante e a areia como agregado, o barro local, que funciona como aglutinante nas argamassas¹⁷. A técnica utilizada para a elaboração do revestimento das casas era a da cal virgem extinta, e até uma década atrás havia uma caieira e uma olaria na cidade, próximas ao córrego Prainha - localizado atrás da Praça da Matriz - que foram desativadas em função de restrições impostas pela legislação ambiental.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Telhados

A estrutura tradicional dos telhados de Natividade é formada por tesouras simples ou inversas de madeira lavrada, os caibros são de madeira roliça extraída em fazendas da região, as ripas são de buriti e as telhas de barro cozido. Quando se reúnem todas essas características num só telhado de uma residência em Natividade, encontra-se o testemunho de uma autêntica arquitetura vernacular, rural e colonial. Nas casas mais abastadas, foram encontradas telhas antigas com inscrições e ornamentos datadas do século XIX.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e estreitamente composta com



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Distribuição / Plantas

A arquitetura residencial em Natividade é organizada pelo típico programa colonial da casa brasileira. Na sociedade patriarcal e escravocrata a área correspondente aos serviços era apartada do corpo principal da construção. Podemos considerar como a matriz da casa Nativitana a casa rural de Minas e Goiás. Essas casas rurais tinham um programa arquitetônico de abrigo e de produção: o uso residencial era concomitante e integrado ao uso produtivo típico da região e do período e nas casas podiam ser encontradas uma moenda, o curral, o galinheiro, o terreiro, além do fogão e do forno.

Em Natividade algumas residências ainda preservam artefatos ligados aos ciclos econômicos da cidade – na residência de Antônio Rocha neto do antigo Mestre ourives Antonio Nunes podemos encontrar um antigo fole do mestre ourives e na residência de Alarico Suarte, antiga casa do ouvidor uma antiga banheira provavelmente utilizada no processo de fundição do ouro.

Na adaptação do programa arquitetônico residencial português ao Brasil, a cozinha, que se localizava no centro da casa passou a ser instalada nos fundos do terreno, separada do corpo principal.

Na tradicional tipologia da arquitetura rural brasileira a cozinha com o fogão à lenha e o forno estão implantadas nos fundos do

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

terreno, em Natividade entretanto, encontramos muitas cozinhas implantadas na lateral do terreno, provavelmente em função da configuração dos lotes no centro histórico, que são retangulares – as laterais chegam a ser duas ou três vezes maior do que a frente do terreno.

Na tipologia da planta nativitana, encontramos também a separação entre as áreas social e íntima – que correspondem aos cômodos mais externos – como as salas, que podiam ser usados pelos homens e de acesso restrito às mulheres, e os cômodos internos de uso privativo da família– quartos, salas e alcovas onde circulavam mulheres, crianças e escravos.

É comum a presença de alcovas nas residências - são cômodos sem aberturas para ventilação - tradicionalmente distribuídos no meio das residências, mas que também podem se localizar nas laterais da edificação – em geral são aproveitadas como depósitos ou dormitórios.

Janelas

As janelas do casario até o século XIX provavelmente eram compostas por duas folhas de madeira lavrada. As janelas tipo guilhotina, com vidros só chegam ao Brasil no século XIX e eram extremamente caras. As janelas encontradas no casario da cidade

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

são provavelmente do começo do século XX – quando o vidro já era um item mais popular, mas nem por isso perderam seu apelo artesanal, uma vez que boa parte dos beirais ainda são de madeira lavrada, e a confecção das janelas são realizadas por oficinas de marcenaria locais, que confeccionam réplicas de gelosias,

Pisos

O contrapiso tradicional da arquitetura da cidade é de terra batida e o revestimento de tijoleira, que em Natividade é conhecida por “mezanela”. Em algumas residências ainda se encontram esse tipo de acabamento, e as mezanelas às vezes são dispostas de modo a formar uma paginação em cada cômodo. Em uma das residências foram encontradas mezanelas ornamentadas na paginação dos cômodos.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em mineração ansiosa de construção sólida e esteticamente composta com



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

4.3 ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Iniciativas de preservação

Ações na década de 1980 – Tombamento e ações pontuais de Restauro

A primeira e mais relevante ação de preservação da cidade é o próprio tombamento, que foi iniciado através do Processo nº 1.117-T-84/ SPHAN no começo dos anos de 1980 e concluído em 1987, com a delimitação do centro histórico de Natividade e sua inscrição nos Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico e de Belas Artes em 16 de outubro de 1987.¹⁸

O processo de tombamento, na década de 1980, prometia ser um modelo de como a preservação de interesse arquitetônico e histórico poderia estar integrada à preservação da paisagem natural, ao indicar a proteção da Serra de Natividade, fator de origem da cidade. Seu vínculo com o núcleo histórico é evidente: lá estão os vestígios das primeiras atividades de extração de ouro como ruínas de diques, canais e de abrigos residenciais. (...) A proteção da vertente ocidental da Serra acenava como uma revigorante expressão do conceito de patrimônio, que prometia

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com integrar a paisagem construída à paisagem natural. Entretanto, por questões que fogem ao interesse preservacionista, foi excluída, o que foi sem dúvida uma perda para a cidade e para a compreensão do processo histórico e de ocupação do interior do Brasil. Uma revisão crítica do perímetro de tombamento é imprescindível: além da importância na composição da paisagem, e do valor histórico e arquitetônico relacionado às ruínas, a Serra tem um valor agregado como recurso natural (é a principal fonte de água que abastece a cidade), argumentos que são suficientes para seu tombamento.¹⁹

No começo da década de 1980 as primeiras obras para a preservação do patrimônio edificado aconteceram na cidade através do restauro da Igreja da Matriz de Nossa Senhora de Natividade e da Capela de São Benedito, que são bens tombados isoladamente, pelo Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do Estado de Goiás. A Igreja de São Benedito foi restaurada em 1982 pelo convênio Pró-Memória e Fundação Cultural de Goiás.

Em 1.987 o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estabilizou a ruína da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Final da década de 90 – O Programa Monumenta

No ano de 1998 foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica para a execução do Programa Monumenta entre o Ministério da Cultura e a UNESCO.

O município de Natividade passou a integrar o Programa Monumenta ainda no ano de 1999, ainda que o início efetivo do Programa tenha se dado no ano de 2000.

O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em 26 cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos.

O Programa, que conta com financiamento do BID e o apoio da Unesco, procura garantir condições de sustentabilidade do patrimônio com a geração de recursos que alimentam o Fundo de Preservação para o equilíbrio

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com o dinheiro das atividades desenvolvidas e que mantinham conservados os imóveis da área do projeto.²⁰

A ação de financiamento para a recuperação de imóveis privados - parte do Componente Investimentos Integrados em Áreas de Projetos – foi associada ao Programa em 2004, através de convênio assinado entre o Ministério da Cultura e a Caixa Econômica Federal.

O financiamento tem condições especiais. A taxa de juro é zero e os prazos variam de 10 a 20 anos para obras de recuperação de fachadas e coberturas, estabilização e consolidação da estrutura do imóvel e para embutir a fiação elétrica. Reparos no interior dos imóveis são admitidos somente para proprietários com renda de até três salários mínimos.

Os imóveis são selecionados por edital lançado pelo município ou estado. Os interessados elaboram propostas de intervenção que selecionadas, são analisadas pelas equipes da Unidade Executora do Projeto, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan e Caixa Econômica Federal (CEF).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com Os proprietários, cujos projetos são aprovados, podem assinar o contrato de financiamento e receber os recursos para executar as obras de recuperação do imóvel. As parcelas do financiamento começam a ser pagas seis meses após a conclusão das obras e são depositadas na conta do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico.²¹

Em 2006 a seleção pública de imóveis privados atingiu 26 cidades brasileiras, com a classificação de 892 imóveis. Resultado da metodologia de planejamento participativo junto à comunidade de Natividade, o financiamento a Imóveis Privados foi eleito como a ação prioritária na implantação do Monumenta na cidade, o que ofereceu à experiência seu caráter de Projeto Piloto.

No município de Natividade os imóveis foram selecionados através de edital público lançado pelo Estado do Tocantins. A 1ª etapa de seleção de imóveis privados do Programa Monumenta em Natividade foi iniciada em maio de 2005, com a seleção de 28 propostas de um total de 32, no valor total de R\$ 301.940,00. Deste montante, 14 propostas entraram em execução. A 2ª etapa de seleção de imóveis privados foi iniciada em fevereiro de 2006 e obteve 20 propostas aprovadas, das quais 08 estão em execução.

Em janeiro de 2007 o Projeto Piloto de Financiamento a Imóveis Privados conta 48 propostas selecionadas. Deste total, 33 propostas foram contratadas, 23 estão em execução e 10 estão por iniciar a execução das obras, e o edital para a 3ª etapa tinha a

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

previsão de publicação para março de 2007.

Na ação de Financiamento pela Caixa, as propostas de intervenção nos imóveis devem ser apresentadas pelos proprietários, e, uma vez selecionadas, devem ser analisadas pelas equipes da UEP - Monumenta, Iphan e Caixa Econômica Federal (CEF). Os proprietários cujos projetos são aprovados, podem assinar o contrato de financiamento e receber os recursos para executar as obras de recuperação do imóvel.

Natividade, em função de seu perfil sócio-econômico, não possui oferta de serviços profissionais de arquitetura e engenharia. Nesse contexto, os serviços de diagnóstico da edificação, projeto de arquitetura e seus complementares, que deveriam ser contratados pelos proprietários foram desenvolvidos pela UEP Monumenta.

O Iphan com o apoio do Programa Monumenta, organizou um conjunto de três manuais práticos para cidade de Natividade. São eles: Uso da cal, conservação de telhados e Saneamento Básico Residencial. O objetivo de tais publicações é orientar e informar a população para que auxilie na preservação de seu patrimônio histórico - importantes mecanismos para conscientização da população acerca da importância da conservação de seu patrimônio histórico.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Início do século XXI – A busca pela sustentabilidade dos investimentos em preservação e restauro

O Fundo de Preservação para o município de Natividade, previsto no Programa Monumenta foi regulamentado em 2005 no município de Natividade.

A criação do FUPPAC – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Natividade (Lei nº 010/2005, SME/ Natividade) obedece às diretrizes previstas no Regulamento Operacional do Programa Monumenta, Anexo E.

O Fundo de Preservação é uma iniciativa pioneira na busca por sustentabilidade dos investimentos realizados nos Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais Urbanos que participam do Programa Monumenta. A arquitetura institucional descrita no Anexo E visa garantir que os recursos do Fundo sejam aplicados nos objetivos do mesmo, assim como o equilíbrio no Conselho Curador entre a representação dos objetivos e interesses públicos e da sociedade civil, o que representa um grande avanço para a co-responsabilidade na preservação e proteção do patrimônio entre as esferas pública e privada.

Entretanto é necessário chamar a atenção para a ausência de mecanismos de regulação e inspeção dos recursos do Fundo, tanto por

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

representantes de órgãos públicos da esfera federal, estadual e municipal como pela Sociedade Civil envolvida na representação do Conselho Curador do Fundo, e ainda por qualquer cidadão.

Anexo E – Fundo de Preservação, Regulamento Operacional do Programa Monumenta

1. Para garantir a sustentabilidade do Projeto, o Município deverá criar um Fundo de Preservação, conforme descrito no Anexo E, que aplique os recursos financeiros gerados direta ou indiretamente pelo Projeto para cobrir os custos de conservação dos Monumentos Nacionais na Área de Projeto. Se houver excedente, os recursos poderão ser aplicados na conservação de monumentos considerados pelo IPHAN de excepcional valor, e situados na Área de Projeto, e, havendo ainda excedente, na replicação do Projeto sobre sua Área de Influência.²²

A ausência de instrumentos de averiguação da correta movimentação e aplicação dos recursos se agrava pelo fato de que o Fundo tem por base, para sua operacionalização, manutenção e sustentabilidade, recursos federais. Esses recursos federais, ainda que

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

possam ser considerados indiretos, só podem ser assim classificados em função de como chegam ao fundo, através do aporte, e não em função de sua natureza, uma vez que são provenientes do pagamento das parcelas do Financiamento à Recuperação de imóveis Privados; recursos de excepcionais características como taxas de juros zero e prazos de 10 a 20 anos para quitação do débito, originários da Caixa Econômica Federal. Em 2006, o Iphan restaurou a Igreja de São Benedito, que foi devolvida à cidade com uma missa solene, celebrada pelo pároco da cidade, padre Joatan Bispo de Macêdo, e o coral da igreja.²³

O Iphan investiu R\$ 260.531,03 na restauração total de uma das mais antigas igrejas construída pelos negros no Tocantins. Foram realizados serviços de recomposição das alvenarias, pisos e esquadrias. A cobertura foi recuperada, o madeiramento da edificação foi descupinizado e protegido. As cantarias, assim como as tijoleiras foram limpas e recompostas. Também foram feitos trabalhos de restauração nos altares, imagens, púlpito e arco cruzeiro. Este último, e as paredes laterais da igreja tiveram suas pinturas murais reconstituídas. As instalações prediais foram

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com refeitas e foram instalados sistemas de som, iluminação, alarme anti-furto e de prevenção e combate a incêndio.²⁴

No ano de 2007 foi promovido pelo Iphan e pelo Programa Monumenta um curso de qualificação de Mestres Artífices na cidade com aulas expositivas e práticas. O objetivo do curso foi instruir e orientar a comunidade local a maneira correta de realizar obras de restauro e conscientizar a comunidade da importância de seguirem um padrão de intervenção nos imóveis do Centro Histórico. O curso tratou das especificidades de obras de restauro e da importância do uso da cal para a manutenção do sistema construtivo de taipa de pilão, e os procedimentos necessários para sua correta preparação e aplicação.²⁵

A Igreja Nossa Senhora de Natividade foi restaurada em 2007. Sua pintura interna foi refeita e o piso substituído. A Praça do Largo da Matriz e do Largo do Rosário foram revitalizadas e iluminadas. Neste ano foram destinados sob a forma de recursos diretos e indiretos do Ministério da Cultura cerca de R\$ 1,5 milhão para intervenções em igrejas, monumentos, centros de cultura e a melhorias nas praças e ruas em Natividade.²⁶

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

4.4 Bens móveis e integrados

Não há um inventário dos elementos artísticos móveis e integrados relativos ao casario ou às Igrejas. No entanto há como constatar que existem peças de grande interesse para a preservação, principalmente em função de como estão integradas à história dos monumentos e da cidade. O antigo fole de ourives na casa do Sr. Antonio Nunes é um exemplo de bem móvel integrado. Suas características estão bem conservadas e é um testemunho da mineração que alimentava a economia da cidade, assim como a pequena banheira de pedra encontrada na varanda lateral da casa do Sr. Alarico Suarte, que provavelmente era utilizada no processo de fundição do ouro. Essas duas peças estão fixadas nas casas e são contíguas às vedações e pisos dessas construções. Além dessas duas peças ligadas à atividade da mineração e da ourivesaria, muitas casas no centro histórico ainda contam com antigos armários de madeira embutidos ou montados entre duas paredes internas perpendiculares, que também são elementos integrados à arquitetura

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

local. O conjunto formado pela porta, balcões e prateleiras de madeira na casa de D. Naninha, no cômodo que antigamente era destinado à atividade comercial também pode ser considerado um bem móvel integrado ao casarão. Os antigos fogões a lenha e fornos, que costumavam ficar separados das casas, em geral na lateral do terreno, estão desaparecendo das casas do centro histórico e devem ser considerados bens móveis integrados em função de sua relação com a organização da casa colonial e com os conhecimentos tradicionais da culinária local.

A produção artesanal de bolos e doces remete às tradicionais receitas coloniais da cultura caipira – como o bolo de arroz na folha de bananeira, o bolo de “mãe”, entre outros, a produção de licores e cachaças, as técnicas de cestaria e de baús de couro e a construção com adobe (8) também perduram precariamente, mas estão ameaçados de desaparecimento.²⁷

Os bens móveis e integrados das Igrejas da Matriz e de São Benedito são mais vulneráveis e têm grande valor histórico e comercial no mercado de antiguidades. Atualmente nenhuma das duas igrejas conta com sistema de alarme e muitas das peças são expostas ao público apenas durante as celebrações católicas. Os altares de madeira das duas igrejas apresentam valor artístico e merecem estudos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES						TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com isolados para aprofundar o conhecimento sobre essas peças. Embora sejam peças robustas, os altares também sofrem alguma vulnerabilidade, uma vez que pelo seu próprio sistema de encaixe, podem ser desmontados ou desconfigurados e transportados com facilidade.											

5. CRONOLOGIA

DATA	DESCRIÇÃO
Século XVIII	FUNDAÇÃO DO SÍTIO URBANO E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO: CASARIO DE ARQUITETURA COLONIAL, DE CARÁTER DESPOJADO, ESCALA SINGELA, ARQUITETURA VERNACULAR.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES		TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com Casarios sofrem influência de elementos decorativos da arquitetura eclética, sem alteração das proporções e da tipologia colonial.							
Final do Século XIX – início do Século XX	Casarios sofrem influência de elementos decorativos da arquitetura eclética, sem alteração das proporções e da tipologia colonial.						
Final do Século XX	Restauração e adequação das Igrejas, Ruína de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e revitalização dos casarios.						
1930 a 1938	Construção do prédio da prefeitura. Segundo Joaquim Rodrigues Cerqueira ²⁸ , nascido em Natividade foi no dia 10 de março de 1930, o prédio foi construído no período de 1930 a 1938, na administração João Rodrigues de Cerqueira.						
1948 e 1949	Reforma da Cadeia Pública época do governo de Júlio Nunes.						

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES		TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com janelas de madeira do prédio onde funcionou a prefeitura foram trocadas por vitrões de metal.							
1966/1967	Janelas de madeira do prédio onde funcionou a prefeitura foram trocadas por vitrões de metal.						
1987	Tombamento IPHAN						
2006	Restauração do casario, através da assinatura do contrato de Imóveis Privados com Programa Monumenta						

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

4. SENTIDOS REFERENCIAIS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

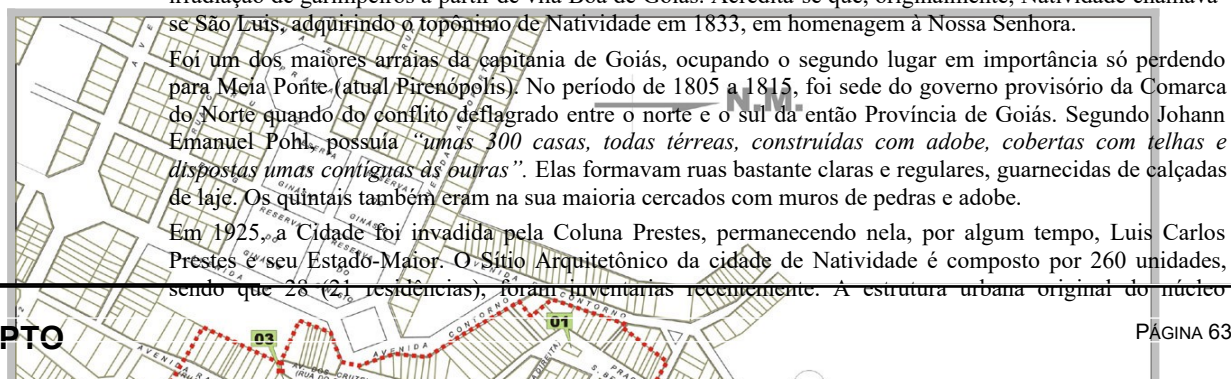
No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

6.1 História

Nascida da expansão mineradora do começo do século XVIII, no Centro-Oeste, Natividade foi fundada pela irradiação de garimpeiros a partir de vila Boa de Goiás. Acredita-se que, originalmente, Natividade chamava-se São Luís, adquirindo o toponímico de Natividade em 1833, em homenagem à Nossa Senhora.

Foi um dos maiores arraias da capitania de Goiás, ocupando o segundo lugar em importância só perdendo para Meia Ponte (atual Pirenópolis). No período de 1805 a 1815, foi sede do governo provisório da Comarca do Norte quando do conflito deflagrado entre o norte e o sul da então Província de Goiás. Segundo Johann Emanuel Pohl, possuía “umas 300 casas, todas térreas, construídas com adobe, cobertas com telhas e dispostas umas contíguas às outras”. Elas formavam ruas bastante claras e regulares, guarnecidas de calçadas de laje. Os quintais também eram na sua maioria cercados com muros de pedras e adobe.

Em 1925, a Cidade foi invadida pela Coluna Prestes, permanecendo nela, por algum tempo, Luis Carlos Prestes e seu Estado-Maior. O Sítio Arquitetônico da cidade de Natividade é composto por 260 unidades, sendo que 28 (21 residências), foram inventariadas recentemente. A estrutura urbana original do núcleo



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Ao final do século XIX, Joaquim da Silva, político da localidade, traz da Bahia, profissionais em várias áreas para Natividade. E, especificamente, pedreiros e carpinteiros para construir seu sobrado na praça³³. Estes profissionais instalaram-se definitivamente na cidade e acabam por formar outros profissionais. Desta forma, não apenas novas casas são construídas, mas as que permaneceram recebem novos detalhes em suas fachadas e o acréscimo de outros cômodos, tais como: despensa, forno e anexos laterais que formam pátios internos³⁴. Os profissionais vindos da Bahia foram o mestre de obras Eduardo, que trouxe consigo Arthur Rios, e os mestres carpinteiros Chaves e Joaquim Carpina. Maria Viana e Zélia Pinto Dias, moradoras de Natividade, dizem que outros mestres, como o ferreiro Cambech³⁵ e também sapateiros e ourives foram trazidos por seu avô, Joaquim da Silva.³⁶

O mestre Arthur Bomba, discípulo de mestre Eduardo construiu e alterou várias casas. Dentre elas, algumas são de 1930, outras de 1898. Muitas fachadas receberam adereços de massa ressaltada com motivos florais, filetes, colunas que, apenas com função decorativa, foram sobrepostas nas paredes. Em uma das casas, na rua Deocleciano foram sobrepostas à fachada colonial ornamentos para que se pudesse competir com as modificações feitas por mestre de fora, na casa do Coronel Deocleciano. No entanto, assim que as obras ficaram prontas, o povo achou que os adornos lembravam catacumbas do

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

cemitério.

Ao final do século XIX, Joaquim da Silva, político da localidade, traz da Bahia, profissionais em várias áreas para Natividade. E, especificamente, pedreiros e carpinteiros para construírem seu sobrado na praça³⁷. Estes profissionais instalaram-se definitivamente na cidade e acabam por formar outros profissionais. Desta forma, não apenas novas casas são construídas, mas as que permaneceram recebem novos detalhes em suas fachadas e o acréscimo de outros cômodos, tais como: despensa, forno e anexos laterais que formam pátios internos³⁸. Os profissionais vindos da Bahia foram o mestre de obras Eduardo, que trouxe consigo Arthur Rios, e os mestres carpinteiros Chaves e Joaquim Carpina. Maria Viana e Zélia Pinto Dias, moradoras de Natividade, dizem que outros mestres, como o ferreiro Cambech³⁹ e também sapateiros e ourives foram trazidos por seu avô, Joaquim da Silva.⁴⁰

São percebidas características dos estilos Art Decó, Neoclássico e Eclético. O prédio da prefeitura, por exemplo, tem detalhes Art Decó, fachada neoclássica e um invólucro colonial.⁴¹

A sobreposição e apropriação popular e ingênua dos elementos da arquitetura eclética, sobrepostas à tipologia colonial fazem

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

da arquitetura em Natividade uma experiência peculiar. Cada detalhe no centro histórico forma (...) um conjunto complexo, mas capaz de exprimir as etapas de desenvolvimento, os estilos de vida dessa sociedade⁴².

No processo histórico de formação da cidade, a mineração e especificamente a ourivesaria ainda são parte do cotidiano das pessoas que ali vivem, tanto quanto de seus antepassados como pode se constatar através do trabalho desenvolvido pelos ourives, qual seja a o trabalho com o ouro e a prata através da ourivesaria e em especial da filigrana.

Dentre os casarios que compõem o conjunto arquitetônico destacamos os que guardam uma relação com a ourivesaria, com as formas de expressão de conhecimento e saberes, isto é, ofícios que compõem o contexto sócio-cultural e econômico da cidade de Natividade:

Antigo Palácio do Ouvidor⁴³: casarão onde Joaquim Teotônio Segurado, despachou como Ouvidor da Comarca do Norte (1809/1815) e, posteriormente, como líder do movimento de emancipação do Estado do Tocantins, quando fundou o Governo Provisório do Norte (1821/1823), com participação do nativiano Pio Pinto de Cerqueira, que comandou o governo provisório na ausência de Joaquim Teotônio Segurado. Joaquim Teotônio Segurado tinha como título Cavaleiro Professo da

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Ordem de Cristo, Desembargador da Relação Bahia e Ouvidor Geral da Comarca de São João da Palma. Atualmente o prédio é de propriedade do Sr. Alarico Lino Suarte⁴⁴. Serve apenas como residência de sua família, mas já funcionou como Cartório do 1º Ofício. No quintal da casa tem uma banheira de pedra. Apesar dos relatos, não existe nenhum documento oficial que comprove que a casa serviu de residência e gabinete para o então ouvidor. Na casa funcionou também um cartório de imóveis de propriedade do Sr. Alarico, no período de 1987 a 1997. Está localizada em frente à Igreja Nossa Senhora da Natividade, na praça da Matriz. A data de sua construção é incerta. Segundo o Sr. Alarico, os primeiros proprietários da casa, foram os membros de uma família de portugueses, de sobrenome Rodrigues Lourenço e que, Manoel Rodrigues Lourenço foi o primeiro proprietário. Em relação ao Antigo Palácio do Ouvidor, atual casa do Sr Alarico. O Sr. Alarico atual proprietário conta que mudou para a casa em dezembro de 1950, depois que sua esposa Ieda Moreno Suarte herdou-a de José Francisco Moreno, seu pai e que este comprou-a de Constância Nunes Viana, viúva de um dos herdeiros da família dos primeiros proprietários. Ainda segundo o Sr. Alarico, anterior à década de 1950, a casa deve ter sofrido modificações no teto, pois em alguns locais existem ripas de pati. O piso foi modificado pelo atual dono, que não se recorda o ano dessa

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

modificação, os ladrilhos originais foram trocados por cimento de cor vermelha. O Sr. Alarico diz que está esperando o Programa Monumenta/BID, para fazer a restauração em toda a casa.

Sr. Alarico aponta que:

(...) essa casa o povo dividiu (...) primeiro veio os portugueses que eram como proprietário disso aqui e pra aqui veio um baiano com a família e conseguiu adquirir comprou essa casa e esse baiano chegou a ser meu sogro, o primeiro casal e moraram aqui e tiveram a família e daqui saíram com destino ao sul e foi para Goiás e eu tive no período e consegui arruma uma das filhas dele e me casei com ela e desse aqui eu me casei com a dona Eunice.

Segundo relato do Sr. Adail Viana Santana, filho de Constância Nunes Viana, e que morou na casa até os 14 anos de idade, acima do portal no final do corredor de entrada existia um brasão desenhado, e que, um dos quartos da casa serviu de depósito das Armas Nacionais. O quintal da casa era todo cercado por um muro de pedra canga, do qual hoje só existe o

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

alicerce. Esse muro deve ter sido construído pelos escravos, diz o Sr. Alarico, bem como a banheira feita de pedra que existe no quintal.

De acordo com moradores mais antigos de Natividade, essa banheira foi construída na época em que a casa era habitada pelo Ouvidor Joaquim Teotônio Segurado. O endereço atual da casa é Praça da Matriz nº 30- Centro (Fundação Cultural do Tocantins- Acervo ASCCUNA - Acervo CPHAC).

Antiga Cadeia Pública⁴⁵: tem característica secular. Seu prédio foi construído originalmente já para funcionar como cadeia pública. Segundo o Sr Joaquim Rodrigues de Cerqueira⁴⁶ morador de Natividade, o prédio foi construído no tempo dos escravos. O prédio é térreo com 18,50 m de frente por 9,50 m de fundo. Possui grossas paredes de pedras, contendo três janelas, uma porta de frente, espessas grades de ferro, inclusive de acesso as salas. Confronta-se com terrenos de propriedade de Nilo Noleto Bezerra pelo sul e prédio do Antigo Paço municipal ao norte (livro 3, folha 17, nº de ordem 48, ano de 1952, Cartório de Imóveis). Originalmente foi construído com dois cômodos, separando os presos em celas masculina e feminina. A cela destinada aos homens, segundo o Sr. Joaquim, tinha duas grades de ferro, toda forrada de madeira: pau d'arco e jatobá, com 30x 30 cm. Essas tábuas impediam a iluminação interna, mantendo o local sempre úmido o que deixava os

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

presos nas mais desagradáveis condições. Todas as janelas e portas internas eram revestidas de ferro. As reformas no prédio foram feitas entre 1948 e 1949 no governo de Júlio Nunes da Silva. Retiraram as grades externas das janelas e as madeiras das paredes e do teto, com o objetivo de humanizar o ambiente. Foi trocada também a porta da frente do prédio que era trancada com trava e “uma grande chave”. A madeira retirada foi reaproveitada na construção de pontes no interior do município. Esse prédio funcionou como cadeia pública até 1955 e em 1966 passou por um processo de restauração e adequação para abrigar o Museu Público Municipal. Para o funcionamento mais adequado do museu foi construído um anexo com sala e banheiro na parte detrás do mesmo. Atualmente o prédio está sendo restaurado. (Fundação Cultural do Tocantins-Acervo ASCCUNA - AcervoCPHAC).

O imóvel localiza-se na Praça Leopoldo Bulhões e nele deverá funcionar o Museu e o Centro de Artesanato e Apoio ao Turista que deverão ser criados em Natividade. O prédio atualmente está em processo de revitalização.

Antiga Prefeitura localizava-se anexo à antiga Cadeia Pública na Praça Leopoldo de Bulhões. Segundo o Sr. Joaquim Rodrigues Cerqueira⁴⁷, nascido em Natividade no dia 10 de março de 1930, o prédio foi construído no período de 1930 a 1938, na administração João Rodrigues de Cerqueira. O Sr. Joaquim recorda que conheceu o antigo prédio da prefeitura com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

cinco janelas na parte da frente e cinco que ficavam na direção norte. O piso original era de cerâmica de barro (conhecido como mezaneta). O mobiliário contava com mesas de madeira quatro quinas e cadeiras também de madeira. Ele aponta ainda a existência de um caneteiro e de uma máquina de escrever (desconhece a marca da máquina). Na parte interna do prédio havia um banco com dois potes e uma espécie de gancho que servia para segurar copos. Dentro do gabinete havia uma butija com água, para uso do prefeito. Já o Sr. Antônio Viana Bezerra⁴⁸, nascido no dia 03 de dezembro de 1950, em Natividade, conta que a única modificação ocorrida no prédio foi por volta de 1966/1967, quando as janelas de madeira foram trocadas por vitrões de metal. O prédio, segundo relatos, sempre funcionou como espaço administrativo; prefeitura, câmara municipal, agência de estatística (hoje IBGE), arquivo municipal e sede da Banda de Música Municipal. Atualmente o prédio abriga a Polícia Militar. (Fundação Cultural do Tocantins - Acervo ASCCUNA – Acervo CPHAC, 2003). Segundo Farsetti⁴⁹ o prédio da prefeitura tem detalhes de *Art Deco*, fachada neoclássica e um invólucro colonial. Conforme dados do Cartório

Casarão da Tia Quininha⁵⁰: conforme dados do Cartório de registro de Imóveis Alarico Lino Suarte, Livro nº 3, folha 08, nº de ordem 21, do ano de 1951, essa casa foi herdada por Aquina José da Costa de seus pais Lourenço José da Costa e Joana Batista da Costa. O casarão está situado à Praça da Matriz, defronte a lateral esquerda da igreja da Matriz de Natividade. Tem

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

duas portas e nove janelas para frente da praça da Matriz, 41,50m de frente para a Praça do Rosário, 21m de fundo para a rua Formosa. Endereço Praça da Matriz Centro. Sua Proprietária ainda é d. Aquina José da Costa. Esta casa está em processo de desapropriação e deverá vir a pertencer a Prefeitura Municipal de Natividade. Nela funcionará a sede do Fundo de Preservação, que é um fundo gerado a partir do Programa Monumenta.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Segundo Zoroastro José Lustosa⁵¹, filho de D. Aquina, essa casa foi adquirida quando era um pequeno casebre de aproximadamente seis cômodos, uma construção bem antiga, bem primitiva feita de adobe, coberta de telha. Ela a teria herdado de Joaquim Guilherme José da Silva, que era o pai do seu avô. O Sr. José Lourenço da Costa teria adquirido essa casa do seu pai e a teria demolido e construído no local, essa que hoje aí está. Ela é toda feita em adobe e teria sido construída pelo pedreiro Artur Bomba, que morava em Natividade. A casa era muito grande, tinha umas dezoito repartições. A madeira dessa residência, Lourenço da Costa, trouxe de sua fazenda, chamada Bom Jesus, que fica linha em linha reta sentido poente, cuja distância é 60 quilômetros de Natividade. Ela fica entre os rios Manuel Alves e São Valério no distrito de Apinajé, hoje município de São Valério. Toda essa madeira foi transportada pelo rio, em canoa e depois trazida até Natividade em carro de boi. De acordo com Zoroastro, o Sr. Felipe Pinto disse a ele, que o seu avô teria terminado de construí-la em 1908.

De acordo com Luciana⁵², a casa de D. Aquina:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com Vai ser a casa da cultura também. A gente tá pensando montar um projeto que lá seria uma casa de oficina, sabe? Montar oficina de adobe, oficina de bordado, oficina do bolo, oficina do amor-perfeito, oficina de hotelaria, oficina do baú de couro (...) E também vai ser a sede Fundo de Preservação, que é um fundo gerado a partir do Programa Monumenta, que vai ser auto-sustentável, vai servir também pra manutenção do centro histórico.

Casarão dos Viana⁵³: atual casa do prefeito. Proprietário Albany Nunes Viana. Localizada a Praça Leopoldo Bulhões. Esta é Ela foi reformada. Segundo Odaly Araújo ela sofreu uma reforma particular e o Monumenta atualmente cuida do levantamento dos imóveis públicos. “Nós estamos fazendo dos imóveis públicos, só dos públicos.” De acordo com Luciana Campos Iphan esse é o último imóvel que tem porão.

Casa que pertenceu ao Mestre Ourives Antônio Nunes⁵⁴: sua proprietária hoje é Benedita Vicente Nunes da Costa (D. Bibi), filha do Mestre Ourives Antônio Nunes e quem vive na casa é seu filho o Sr. Antônio Rocha. A casa se localiza na Rua Rafael Xavier e está em processo de revitalização. Nesta casa ainda existe um fole que pertenceu ao antigo mestre, e com o qual ele fazia seus trabalhos de ourivesaria.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Casarão que pertenceu ao Mestre Ourives Juvenal⁵⁵: casa onde viveu o Mestre Ourives Juvenal Rodrigues Cerqueira e sua esposa dona Belita. Sua proprietária atualmente Tayanne Carvalho Ribeiro. Localiza-se a rua União nº80 - Centro. O imóvel foi restaurado e deverá se transformar, em parte, em um museu. Segundo Sr. Maroto⁵⁶ ele viu fazer a casa que pertenceu ao Mestre Juvenal. O construtor teria sido Antônio de Araújo, filho da dona Adélia e primo do coronel Deocleciano, ele era comerciante. Relatos⁵⁷ apontam que a oficina do mestre Juvenal funcionava no quarto dentro da casa, era ali que ele passava horas executando seu trabalho de ourives.

Casarão que pertenceu ao Mestre Bernardino de Sena Fernandes⁵⁸: Quem hoje vive e é proprietária desta casa é D. Coracy de Sena Fernandes, filha de Bernardino de Sena Fernandes mestre ourives de Natividade. Ela atualmente está com 94 anos e ali mora sozinha. O imóvel localiza-se na Praça Leopoldo Bulhões centro. Essa casa que é toda original em sua distribuição interna e preserva muitas das características do período colonial. É possível passar por ela e ver sua moradora por horas em sua frente, na mesma postura de cócoras que mantém nesta foto.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Casarão da Tia Naninha⁵⁹: sua proprietária hoje é Ana Benedita Cerqueira e Silva, conhecida como Tia Naninha, que herdou o imóvel de seus pais. Ela localiza-se a Praça da Matriz n°60. Uma característica significativa desta edificação é o fato de que ela além de residência, era também comércio (nela permanece ainda um balcão e alguns móveis do comércio que era do pai da proprietária). Nesta casa é que D. naninha vive com seu Marido Teodoro Nunes da Silva (seu Dozinho) e seus filhos. É também onde fabrica os famosos biscoitos de Natividade, com destaque para o Amor Perfeito, muito procurados por turistas que pela cidade passam, ou que participam das folias e festividades que ocorrem na cidade. A casa fica na praça da Matriz, ao lado da Igreja da Matriz e guarda uma estreita relação com a história de Natividade porque a Praça da Matriz é o local onde ocorre a maior concentração de manifestações culturais e religiosas da cidade.

Casarão onde funciona o Iphan⁶⁰: Fica na Rua Deocleciano. O imóvel foi adaptado para o uso institucional, preservando a tipologia da planta e outros elementos integrados como o poço e o forno. O anexo lateral onde estão instaladas a copa e os

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

banheiros seguem um padrão na cidade de construção de anexos na lateral do terreno, contíguos ao corpo principal da casa. Também foi construído um anexo nos fundos do terreno do imóvel para abrigar uma garagem e depósito. Houve uma expressiva intervenção no pé direito da construção original, de modo que a cumeeira foi elevada aproximadamente 2 metros mais altos do que a original, e deslocada para os fundos do telhado. No entanto, com a intervenção não houve alteração da fachada principal. O objetivo da intervenção no imóvel foi, além de adaptá-lo ao uso administrativo-institucional, apresentá-lo como um modelo para as intervenções nos imóveis do Centro histórico.

6.2 NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES

O viajante Johan Emanuel Pohl por volta de 1837 descreve em seu trabalho suas impressões acerca de Natividade da segunda década do século XIX.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

“Somente em 1734 foi transferido o arraial para o atual lugar, por causa do abundante ouro ali aparecido. Ele foi dos maiores arraiais da capitania e ocupou o segundo lugar depois de Meia ponte. Não obstante isso, seu aspecto exterior não é nem pitoresco nem muito convidativo. O número das casas sob a 300, todas de andar térreo, construídas com adobos, cobertas de telhas e dispostas umas contíguas às outras. Elas formam ruas bastante largas e regulares, guarnecidas de calçadas de lage. Os quintais são na maioria cercados com muros de pedras ou de adobo. Este arraial dista 19 léguas e três quartos do Carmo, 24 léguas também de Almas. A igreja paroquial, igreja Nossa Senhora de Natividade, estava em tal estado ameaçado ruir que, havia já oito anos contados de nossa presença lá, nenhum ofício divino podia ter lugar nela. Estava se cuidando de restaurá-la de novo, e enquanto isto, celebravam-se as funções eclesiásticas na Capela de São Benedito, a qual, entretanto, era demasiadamente pequena para a numerosa paróquia. Ainda uma terceira Capela, a de Nossa senhora do Terço, é igualmente muito pequena. Todavia se a igreja de Nossa Senhora dos Pretos estivesse concluída, seria a primeira das igrejas de toda a Capitania. Esta igreja foi iniciada pelos negros libertos, segundo um projeto verdadeiramente grandioso, mas acha-se concluída apenas a metade, pois a construção teve de ser suspensa devido a falta de recursos motivada pela diminuição do ouro”. (Fundação Cultural do Tocantins, Histórico dos imóveis).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Sr. Zoroastro José Lustosa⁶¹ sobre a presença de ouro nas casas diz: “o prédio do Banco da Amazônia era a casa de doutor Quintiliano, no fundo tinha um quintal e os meninos brincando de noite viram o movimento, eu estava na turma cassando os que se escondia, chamava vaqueiro, e viram o movimento no quintal, no dia seguinte foram lá e viram perto da privada que existia no quintal, acharam o buraco. Quer dizer existia essa história do ouro que tinha e que realmente arrancava o ouro aqui. Naquela época, nós não sabíamos quem arrancava, depois saíram os comentários, mas quem realmente estava com o ouro não se sabia. Neste quintal diziam que não foi só esse que foi arrancado. O meu pai diz que um moço rancou um ouro naquele quintal também, sem ser aquele buraco que os esconde, esconde descobriram e viram o movimento. Mas não viram quem era, com medo correram.

Os relatos do Sr. Zoroastro José Lustosa caracterizam tais fatos como crendice ou lenda das pessoas que viviam naquela época, mas estes relatos são contados e recontados pela população. Na verdade, tais histórias apenas evidenciam o fato do ouro ser um dos elementos centrais na vida nativitana, aparecendo muitas vezes como mecanismo de manipulação para controle e manutenção das relações de poder.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Em relação à antiga cadeia o Sr.Zoroastro⁶² conta que não existiu prisão de ninguém do seu conhecimento. O que sabe é da história do Chico da vaca, que segundo ele é verdadeira. Chico e os filhos praticaram crimes e foram presos. Mas segundo consta na “história oficial”, eles fugiram da cadeia por um buraco. Mas aponta ele que cadeia de Natividade era muito segura e Chico da vaca, que sabia fazer magias, fugiu não por um buraco, mas por meio de magias que ele sabia fazer.

Sobre a cadeia D. Adélia Camelo Rocha⁶³ conta que teve uma pessoa que veio de Almas: “no casco de um animal, a pessoa a pé na frente amarrado nas costas e o acompanhante era os soldados batendo né. Ai chegou aqui na frente dessa cadeia ai. Mas doutor Quintiliano fez o intercambio ai tirou , num deixou. Ai o doutor Quintiliano não deixou”.

Nesta sua colocação, Sr. Zoroastro⁶⁴ descreve a distribuição da casa de Aquina, sua avó, e enfatiza a tradição do nativitano em hospedar pessoas: “Essa casa o meu avô fez ela muito grande, porque a família realmente era grande e tinha por habito receber toda pessoa que chegava na cidade. Ser acolhida, era um habito de todos os moradores aqui naquela época, receber os chegantes em suas residência. O fato é que essa casa tinha pra o sul um cômodo pra hospedar pessoas né. E um para o nascente

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

também né, dois cômodos um para o sul e outro para o nascente, bem como no fundo da casa um curral e um quintal. O curral pra o costume de produzir o leite aqui mesmo junto da residência né, tinha a roça de pasto vizinho e no fundo da casa um curral com o bezerreiro pra época de chuva, dia de sol muito quente, então tinha a casinha do bezerro, tudo pregado na mesma residência. Na linha onde ficava quarto de fogo, saída pra o quintal, dispensa, onde guardava os mantimentos direto pra cozinha, a carne de sol, o toucinho, a carne do porco, ficava nessa dispensa, e a cozinha, junto a cozinha. Mais alto o local funcionava o bezerreiro e o bezerreiro ligado a parede com o quarto que recebia hospede né, isso na parte do fundo, tendo também um alpendre que construiu pra após as refeições as pessoas ficarem ali sentadas pra conversarem né. E a residência ficava na frente e entre a parte de cozinha, forno e dispensa (...)."

D. Adélia Camelo⁶⁵ aponta o seguinte ao contar histórias da casa do Mestre Antônio Nunes a quem chamava de avô:

(...) lá tinha um degrau muito alto pra ir pro quintal, um degrau alto. Ai ele falou assim para mim: 'Dede vai apanhar um tição de fogo pra mim'. Fumava muito, um cigarrinho fininho, ele mesmo fazia. 'Vai apanhar um

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES
TO
01
00
07
F30
02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações, em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com tijolo de fogo pra mim. Eu mais que depressa enfileirava pregado no pé descia a escada, o degrau, virar fui na cozinha lá longe. A cozinha era fogão de pedra e o tição de fogo.

Sr. Maroto⁶⁶ ao falar de mestre juvenal e de sua casa relata que os habitantes da casa vizinha eram descendentes de escrevo ela conta o fato do seguinte modo: “a casa ligada a casa do Mestre Juvenal, adiante dela era dos negros velhos, que foram escravos de sua bisavó, Raimundo Major e a mulher chamava Vilina. Eram herdeiros de escravos”.

Sobre as edificações, a imagem que se extraviou da cidade e o sino que também foi levado de Natividade, Padre Joatan aponta que: “(...) a gente sabe que tem a casa do Teotônio Segurado, a casa do mestre ali na praça, tem a igreja de São Benedito, tem a igreja do pilar, tem a cadeia, tem uma série de edificações que são mais significativas dos lugares. Também, essa coisas toda (...) estas histórias não estão registradas em livros, elas tão na memória das pessoas (...) Tem a igreja do Terço mas hoje é uma casa que ta lá em cima dela. A igreja do terço por exemplo, tem o sino e a imagem... mas eles não estão aqui em Natividade. Ela está numa comunidade (...) era de Natividade mas hoje pertence a São Valério”.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

As ruas de Natividade como eram e hoje como estão, indicam o percurso traçado pelos moradores que construíram esta cidade que hoje conhecemos. Por essas ruas certamente muitos viajantes, figuras importantes passaram. Neste percurso pelas ruas da cidade é possível vislumbrar as marcas de um passado marcado pelo apogeu do ouro e em seguida substituído pela pecuária. A mineração e a pecuária foram elementos fundamentais para que o pequeno Arraial de Natividade se consolidasse. Nos becos e ruas é possível se imaginar os encontros e desencontros entre os sujeitos que iniciaram a história de Natividade.

6.3 USOS COTIDIANOS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

O Sr. Alarico Lino Suarte conta que frequentemente o prédio é visitado por turistas, estudantes e pesquisadores.

O Sr. Teodoro Nunes da Silva morador de Natividade, neto do Sr. Lourenço José da Costa nascido em fevereiro de 1928, na Fazenda Arião no município de Natividade, descreve em entrevista coletada em frente ao casarão as lembranças da casa de seus avós: “segundo o Sr. Teodoro Nunes da Silva, o Sr. Lourenço José da Costa era pai de sua mãe, e morava na casa que ele mesmo havia construído, em adobe, telha e piso de ladrilho, possivelmente no final do século XIX, por volta de 1898. A casa servia como residência, comércio e também como pouso e rancharia. O comércio era de tecidos funcionando no lado esquerdo do casarão defronte para a Praça do Rosário. Esse era um fato comum em Natividade, os proprietários dos casarões eram produtores rurais e comerciantes, e o comércio funcionava em suas próprias residências, fato que ainda hoje pode ser observado, comércio e residências, dividindo o mesmo espaço. A parte de trás do casarão era dividida entre o quintal onde tinha a cozinha, o alojamento, a despensa e o curral onde a família conservava as vacas leiteiras. Essa área era de 24x21m. O casarão ainda conserva a sua fachada, parte do piso em ladrilho e o mobiliário. O local da cozinha desabou e na área do terreiro(quintal) pode ser observado vestígios de pedra canga. No casarão permanece, orando, uma das filhas de D. Aquina, apesar de o mesmo estar sempre fechado.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

6.4 USOS CERIMONIAIS

As igrejas de São Benedito e da Matriz são os principais espaços dos usos cerimoniais no Centro Histórico de Natividade.

(...) a Igreja de São Benedito era sede dos serviços religiosos do povoado de Natividade quando o viajante austríaco Johann Emanuel Pohl, que percorreu o interior do Brasil de 1817 a 1821, lá esteve. Local de culto religioso até nossos dias, foi restaurada em 1982 pelo convênio Pró-Memória e Fundação Cultural de Goiás.⁶⁷

A Igreja de São Benedito foi “edificada há mais de 200 anos em alvenaria de pedra, a Igreja de São Benedito tem suas paredes construídas, parte em taipa de pilão, parte em pedra e barro, com larguras variando de 50 a 90cm. Todos os cantos são constituídos por blocos de pedras aparelhada. Na sua aparente simplicidade, ela é uma obra feita com apuro de detalhes arquitetônicos e artísticos.”⁶⁸

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Imagem site IPHAN

A igreja da Matriz é uma construção do final do século XIX. A conformação interna e externa e as duas torres altas, ainda que não formem um conjunto com o casario colonial, também não destoam deste, em função de sua escala, que está integrada ao entorno. Da Igreja original não restaram muitas informações ou iconografia. É sabido que a atual Matriz foi reconstruída no mesmo local da Matriz colonial do século XVIII.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

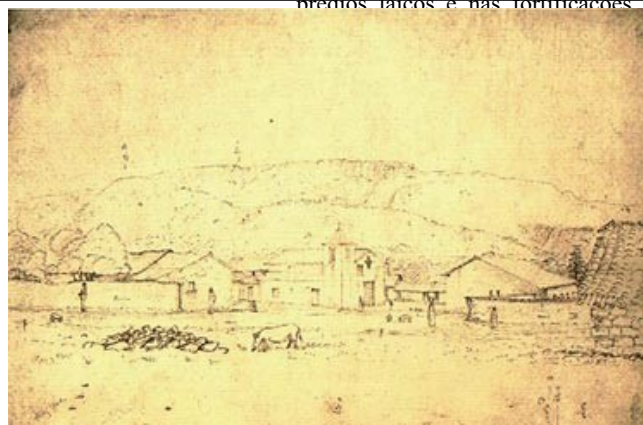
Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES						TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos											

7 BENS ASSOCIADOS

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
Conjunto de portas, balcões e prateleiras de madeira	Cada de D. Naninha
Fole de ourives	Casa do Sr. Antonio Nunes
Banheira de pedra na casa do Sr. Alarico	TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Fotos nº 11e 1TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Foto nº2
Janela cadeia	TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Fotos nº4 e 7
Telhado casario	TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Foto nº5
Ladrilho casario	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

8 PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

PLANTAS MAPAS E FIGURAS-MAPA4[1] FIGURA Nº01- CROQUI DE NATIVIDADE EM 1800

PLANTAS MAPAS E FIGURAS-MAPA4[1] MAPA Nº9 – CENTRO HISTÓRICO TOMBADO PELO IPHAN.

PLANTAS MAPAS E FIGURAS-MAPA4[1] MAPA Nº10. IMÓVEIS TOMBADOS E DE RELEVANTE INTERESSE CULTURAL.

PLANTAS MAPAS E FIGURAS-MAPA4[1] MAPA Nº11-PAVIMENTAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios, laços e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

9 DOCUMENTOS INVENTARIADOS**9.3 DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL**

BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO: NATIVIDADE-TO. BRASILIA, 1996.

ARAÚJO, Odaly Entrevista em 14/08/2007-TO010007F1A2A n°34A69)

CAMELO, SIMONE. ENTREVISTA EM 16/01/2007-TO010007F1A2AN°34A1

CAMELO, SIMONE. ENTREVISTA EM 23/08/2007-TO010007F1A2AN°34A85

CAMELO, ADÉLIA. ENTREVISTA EM 23/08/2007-TO010007F1A2AN°34A74

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FOLDER FUPPAC/NATIVIDADE

Fundação Cultural do Tocantins- Acervo ASCCUNA- Acervo CPHAC-Histórico imóveis.

IPHAN/MONUMENTA.Manual Prático de Conservação de telhados.

LUSTOSA,Zoroastro José.Entrevista em 30/08/2007- TO010007F1A2A n°34A91

MACEDO, Joatan Bispo de.Entrevista em 18/05/2007- TO010007F1A2A n°34A40

MACEDO, Joatan Bispo de.Entrevista em 14/03/2007- TO010007F1A2A n°34A4

Natividade-Plano Diretor de desenvolvimento sustentável - maio 2005.

POHL,João Emanuel.Viagem ao interior do Brasil-1817/21Tradução Milton Amado e Eugênio Amado,BH/SP,Editora Itatiaia/Editora da USP, Coleção Reconquista do Brasil, vol.14,1976

POHL,João Emanuel Viagem ao interior do Brasil-Instituto Nacional do Livro.1951,p:271.IN: Universidade Católica de Goiás-

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Fundação Nacional Pró Memória- MINC- Oito Vertentes e dois momentos de síntese da arquitetura brasileira-folheto1-1985

<http://www.altiplano.com.br/0711natividade.html,novembro:2007>, Natividade:paisagem e patrimônio. Acesso em 16 de maio de 2008.

<http://www.monumenta.gov.br/upload/manual%20telhado%20-%20monumenta-natividade-1172690342.pdf>

http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=199, acesso em 16 de maio de 2008.

Jóias artesanais de Natividade. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA,2006.84p.:i.l;15cm (Preservação e Desenvolvimento;1)
<http://www.natividadeweb-1175282667.pdf>, acesso em 16 de maio de 2008.

PROGRAMA MONUMENTA/BID Natividade Tocantins

Universidade Católica de Goiás- Fundação Nacional Pró Memória- MINC -Oito Oito Vertentes e dois momentos de síntese da arquitetura brasileira-folheto1-1985

SANTOS,Claúdia Borges dos. Jóias de Natividade: Confluências e conflitos.Monografia,2006.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

SANTOS, Luciana dos. Entrevista em 23/08/2007- TO010007F1A2A nº34A78

SUARTE, Alarico Lino. Entrevista em 11/06/2007- TO010007F1A2A nº34A52

VAZ, MARIA DIVA ARAÚJO COELHO. NATIVIDADE. BRASILIA: MEC- PRÓ MEMÓRIA, 1985

[HTTP://WWW.VITRUVIUS.COM.BR/MINHACIDADE/MC217/MC217.ASP](http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc217/mc217.asp), ACESSO EM 25 DE JUNHO DE 2008

[HTTP://CIENCIAECULTURA.BVS.BR/SCIELO.PHP?PID=S0009-67252007000400008&SCRIPT=SCI_ARTTEXT&TLNG=PT](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000400008&script=sci_arttext&tlng=pt), ACESSO EM 25 DE JUNHO DE 2008

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

9.4 REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS

Não foi possível conseguir registros sonoros e audiovisuais, a maioria das casas é residência familiar e o que ocorre são as vivências do dia-a-dia familiar. Na casa da D. Naninha há um número significativo de pessoas que entram e saem por causa do famoso biscoito amor perfeito. Nos imóveis em reforma somente os trabalhadores. Na D. Cora somente o sussurro baixinho do terço que ela reza ou de seus momentos de fuga da realidade quando fala que o mestre Bernardino é um Santo, “São Bernardino de Sena”. Na casa do prefeito o barulho da chegada de algum cidadão nativitano e/ou visitantes. No Sr. Alarico apenas barulho dos netos, ouvindo músicas com som alto segundo ele perturbando e tirando o sossego. A casa de Aquina está fechada, apenas se constatou, todos os dias que uma das filhas, varre a calçada da casa, tirando o lixo, fazendo um barulho com a vassoura que transformou-se num ritual diário próximo a calçada da casa. No IPHAN, as visitas e atendimentos a população, voz das pessoas e quando há cursos e/ou treinamentos. No mais somente o silêncio, nos incitando para decifrá-lo, através da busca da história de quantos fatos, ruídos já ocorreram naquele local e não foram gravados, documentados, estão somente na memória de alguns habitantes.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

9.5 REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ASCCUNA-TO010007F1A2n°31 fotos 75 a 80

Anexo Registro Audiovisuais-Edificações- Casario - TO010007F30A2n°22-Fotos de 1 a 80

Casario-TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Fotos de 1 a 13

Edificações-TO010007F30

Site IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

10 OBSERVAÇÕES
10.3 APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO
Inventário Arquitetônico

É recomendável o aprofundamento de estudos para a complementação da identificação de bens móveis e imóveis, de modo a produzir um Inventário Arquitetônico completo do Centro Histórico da cidade. Em relação aos endereços e informações torna-se necessário uma investigação mais criteriosa acerca das edificações sobre plantas, mapas, croquis e documentos sobre Natividade e onde se encontram. Analisando o material produzido pela Universidade Católica de Goiás “Oito Vertentes e dois momentos de síntese da arquitetura brasileira-folheto1” percebemos que existem importantes informações sobre os casarios. Neste documento encontramos informações sobre os casarios, mapas, planta baixa e dados sobre a igreja de São Benedito a igreja Matriz, da Ruína, de casas que sofreram reformas ou que estão em processo de reforma com planta baixa e dados que precisam ser confrontados com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

os apresentados pelos entrevistados e porque informalmente alguns moradores de Natividade afirmaram que pesquisadores de outras universidades vieram a Natividade e levaram documentos importantes sobre a história da cidade.

Inventário de Elementos Artísticos e Bens Móveis e Integrados

É recomendável a elaboração de um Inventário de Elementos Artísticos e Bens Móveis e Integrados. Algumas residências apresentam elementos integrados de grande valor histórico, que podem ser deslocados ou descaracterizados. Nas Igrejas os altares e as peças de arte sacra remanescentes devem ser inventariados com urgência.

Revisão do Perímetro de tombamento

É recomendável a revisão do perímetro de tombamento, de modo que a área tombada possa incluir o antigo cemitério no Centro

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Histórico da cidade, que apresenta interesse histórico e artístico, mas sobretudo o tombamento deve abarcar o lado ocidental da Serra de Natividade e as ruínas da atividade mineradora que lá se encontram.

A Serra foi o principal fator econômico para a população da cidade no século XVIII, por meio da atividade mineradora. Lá se encontram os vestígios das primeiras atividades de extração de ouro relacionadas à origem do núcleo urbano, como ruínas de diques, canais e abrigos residenciais, por

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com consequente, a proposta original de tombamento incluía a vertente oeste da Serra, distante 1 km do núcleo histórico.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

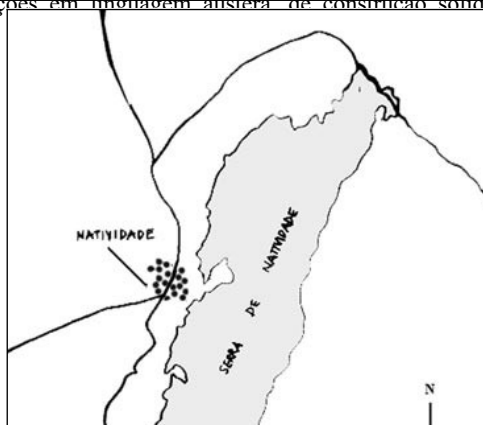
Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em mineração ansiosa de construção sólida e esteticamente composta com



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos

predios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com preservado, mas não sabem apontar o por quê. Até mesmo sobre a ourivesaria, eles emitem respostas que às vezes revelam pouco conhecimento, mas sabem que é importante, por isso é extremamente necessário que haja maior envolvimento da comunidade. Segundo Simone Camelo “E, nós temos isso em vários pontos da cidade que hoje praticamente se perdeu tudo, não tem mais um.”(Entrevista em 16/01/2007-TO010007F1A2A nº34A1)

A necessidade de aprofundamento se justifica no depoimento de Odaly Araújo ao dizer que:

Olha a gente tem pela, por exemplo essa questão de antiguidade alguns descobrem pelo o próprio documento da casa, as vezes até quando vai mexer na documentação acha, a casa de fulano de tal descobriu que é de mil novecentos e pouco, outro que é de mil novecentos e pouco, mas ainda não foi feito essas pesquisa assim de levantamento.(Entrevista TO010007F1A2A nº34A69)

Paisagem Cultural

É recomendável estudos para a candidatura de Natividade a Paisagem Cultural Brasileira, e posteriormente estudos à candidatura de

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos

prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com Patrimônio Mundial, na categoria de Paisagem Cultural.

Paisagem Cultural é um conceito preservacionista “usado quando há uma condição local ou regional em que as celebrações, ofícios e saberes se relacionam com a paisagem natural e se constroem como um sistema, de forma a constituir uma experiência singular.”⁷⁵

A Recomendação n. R (95) 9 Sobre a Conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas (e de preservação) é um arcabouço conceitual e teórico da Preservação do Patrimônio Histórico ainda pouco explorado nas políticas federais, regionais e locais.

Segundo Luis Fernando de Almeida:

Sua característica fundamental é a ocorrência em uma fração territorial, do convívio singular entre a Natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades sociais e culturais. [...] Para que a Paisagem Cultural se configure, esses fatores devem guardar uma relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente.”⁷⁶

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

A cidade de Natividade reúne condições excepcionais de preservação integrada entre a arquitetura e a paisagem colonial, os antigos ofícios relacionados ao ciclo da mineração como a ourivesaria, os saberes tradicionais da zona rural do Brasil, além de um calendário de festas religiosas que mobilizam atenção em escala regional.

A Paisagem Cultural é uma abordagem sistêmica do patrimônio histórico, e parece encontrar em Natividade uma realidade correspondente, de interesse nacional.

O conceito de Paisagem Cultural (...) se aplica quando há uma condição, local ou regional, em que o conjunto das celebrações, ofícios e saberes se relacionam com a paisagem natural e construída como um sistema, de forma a constituir uma experiência singular. (...)

Em consonância com a recomendação da Unesco sobre a conservação integrada das áreas de paisagem cultural (10), a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável é uma excepcional alternativa às rígidas relações sociais e políticas que caracterizam Natividade – assim como demais comunidades onde pecuária e latifúndio predominam na paisagem econômica regional.⁷⁷

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES		TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com							
10.4 IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA Banheira de pedra na casa do Sr. Alarico -TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Fotos nº 11e 12 Fole que pertenceu ao ourives Antonio Nunes - TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Fotos nº13 Telha antiga de casario - TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Foto nº8 Janela cadeia - TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Foto nº2 Telhado casario - TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Fotos nº4 e 7 Ladrilho casario - TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Foto nº5							

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

10.5 OUTRAS OBSERVAÇÕES

Os casarios localizam-se no centro histórico de Natividade, as ruas e praças onde estão estes casarios sejam públicos ou privados, é a memória histórica da cidade porque por elas passaram as pessoas que compunham o contexto social histórico: os representantes do poder local, visitantes, aventureiros, escravos, senhores donos de escravos. O comércio, as notícias do dia, os acontecimentos eram discutidos nesses espaços. As praças serviam para os momentos de lazer e também de expressar a religiosidade. Entendemos que a ourivesaria e particularmente a filigrana têm uma relação com os ofícios, às formas de expressão, os lugares, as edificações, cada qual é um recorte de um conjunto de significados e significantes que compõe o todo, neste caso, a história e influência da ourivesaria na vida dos habitantes de Natividade. Nos parece interessante destacar que as edificações e os lugares eram as artérias que conduziam e encaminhavam essa história através do percurso de cada indivíduo. O ofício de cada indivíduo que morava em uma edificação, os lugares por onde passava, as formas de expressão e sua relação com a ourivesaria nos permite inferir que o fio condutor da ourivesaria percorria: a Rua Rafael Xavier - Rua Modestina - Rua União - Praça Senador Leopoldo Bulhões - Rua Major

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

Júlio Nunes - Rua Coronel Deocleciano- Rua 7 de Setembro- Praça da Bandeira- – Praça São Benedito- Rua dos Cruzeiros, Praça da Matriz. Ver também http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=199 que trata das ruas como eram antes e como estão hoje.

Ressaltamos ainda que dos velhos tempos sobraram nos arredores as marcas da mineração e trilhas pavimentadas com pedras, além de ruínas de moradias. Mais importante é o centro histórico urbano tombado com o conjunto paisagístico do entorno pelo IPHAN, em 1987. Ali, algumas igrejas e o casario resistiram bem a passagem dos anos. Nas ruas por vezes irregulares, as casas de pé direito-alto, foram construídas lado a lado com adobe sobre as bases de pedra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral por pisos rústicos de cimento queimado. Mas houve outras modificações. (<http://www.natividadeweb-117528266.pdf>)

Ver também Casario-TO010007F3002A2n°22-recortes edificações-Fotos de 4,5,6 e 7.

Quanto aos usos passados, não se obteve fontes seguras. O que se tem são suposições de como deveria ser através das entrevistas e conversas informais. Mesmo porque os moradores mais antigos dessas residências e até mesmo da cidade vivem momentos entre o real e o imaginário, alguns momentos de lucidez. A falta de registro fez com que dados preciosos se perdessem. D. Coraci, por

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos

exemplo, mora sozinha, beês associados são praticamente inexistentes, a não ser colchões, camas velhas, caíndo aos pedaços, santos, terços, imagens de santos numa penteadeira que segundo a mesma pertenceu a seus pais. Ela dorme numa rede, num dos quartos existe num canto do cômodo em forma de triângulo um local improvisado onde ela guarda fotos de D. Alano, imagens de santos, terços, na parede surrada pelas marcas do tempo a foto envelhecida de sua mãe. O registro que temos é de sua voz cansada pelas marcas do tempo, “dizendo que seu pai era um santo”. D. Cora filha de Sr. Bernardino de Sena respeitado ourives de Natividade entoia baixinho o terço que reza todos os dias dentro de casa, e nas ruas próximas a sua casa, preferencialmente às 18h.

Segundo Simone Camelo deve se ter cuidado ao utilizar os termos restauração e reforma e justifica que em Natividade dos casarios que estamos tratando parece ser mais adequado: “No caso aqui é isso restauração, a gente fala reformas porque não há um processo de restauração desses imóveis, você, é complicado você falar que é restauração. Restauração é você tentar reverter ao que era oficialmente.”(Entrevista TO010007F1A2An°34A85)

Também enfatiza o fato de o centro histórico ter o mesmo número de casas citado por viajantes que por aqui passaram por volta de 1800:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com Você verá que em mil oitocentos e pouco quando alguns viajantes passaram por aqui eles falaram que existiam umas trezentas casas, é a mesma quantidade que tem no centro histórico hoje, muitas casas caíram, hoje tem lote vago e existia casa, essa rua aqui era cheia de casas, certo, esse lote vago aqui tinha casa também, então era utilizado, entendeu? E com o tempo foi caiu.

Ela faz destaque ao fato de no período da mineração a preocupação ser a de esconder a riqueza que possuía, e na pecuária haver interesse em mostrá-la..Pressupõe-se que na época da mineração havia receio de dizer que era rico. E as casas demonstravam isso:possuía muito ouro este era visto por ocasião das festas onde todos exibiam as jóias mas era uma momento em que de certa forma não era tão visado.As casas também apontavam tal preocupação “Aqui o, a casa do pai da Odaly ai, vai da sequência né, aquela é dele também, aquela de tijolinhos também dele, ai tem aquela que foi. Porque essas casa ai, por exemplo essas casa que tem aqueles ornamentos lá em cima foi pra disputar com essa outra de cá.”

Também destacamos que segundo Luciana dos Santos existe uma dificuldade em dizer com propriedade acerca do endereço das

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos

predios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com casas, nomes de becos e ruas, quando ela diz :

Tem a quadra lá, praça da bandeira número dez, é porque aqui tem uma divergência de endereços, a prefeitura um endereço e o mapa que a gente tem outro endereço por quadra e os números da casa a prefeitura não adota essa numeração de número, lá adota quadra e lote. Só que lote a gente sabe que são lotes antigos que já foram vendidos então vira uma confusão. Então o que tá esses números aqui é o que tem estampados na casa, esse números foi pegando assim e tem que ir em cada imóvel. (Entrevista TO 010007F1A2An°34A78)

Segundo Odaly Araújo a educação patrimonial precisa ser trabalhada em Natividade para que as futuras gerações saibam da rica história de Natividade:

A questão de Educação Patrimonial também é muito interessante, que a gente vai ter de tá sempre trabalhando junto a comunidade isso. Não deixar morrer nunca isso, a gente ter sempre a preocupação de tá batalhando, tá batendo sempre na mesma tecla com os moradores. Os proprietários que a gente tem aqui do primeiro e segundo edital tem muitos que não pará de nos visitar até hoje, as vezes vem aqui, como é que vai? Já acabou as obras

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com sabe? Mas sempre vem aqui nos visitar. A gente fala assim pois é. Tem uma aqui, dona Domingas, que deu até um depoimento num vídeo pra gente: “ Eu nunca fiz um dinheiro esticar tanto como este aqui agora”. Ela falando no vídeo. Porque ela pegou muito pouco, precisa de ver como é que ficou a casa dela, uma gracinha. E ela tem sempre essa preocupação. Essa preocupação de tá passando pra ela de procurar saber de quando é que esse conselho se reuni. Porque é importante eles tá participando também, de tá tanto opinião, de tá passando pra outras pessoas da comunidade, porque é isso aí, também tá passando o quê que eles querem que façam, que a associação pensa né se vai ser importante.(Entrevista TO010007F1A2A nº34A69)

Para encerrar citamos uma importante fala da Odaly Araújo representante do Monumenta que enfatiza a importância da preservação do conjunto arquitetônico tombado em Natividade:

A gente quer muito mais do que vê Natividade bonita, eu acho que a gente quer ver a auto-estima desse pessoal, de chegar e ter orgulho de vê a cidade. De vê o nativitano que mora fora de chegar aqui e falar assim: nossa mas como essa cidade tá bonita. De vê os moradores, os proprietários chegar aqui e falar assim: nossa, minha casa

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES		TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com ficou tão bonita, eu não imaginava que eu ia conseguir um dia colocar minha casa dessa forma. E de você guardar uma coisa, de você chegar a conclusão que você tá conseguindo sustentar, de conseguir levar adiante uma, um imóvel, uma prática que seus antepassados conseguiram com tanta luta. [...] Mesmo através de tanta facilidade pra alguns. Mas eu acho que é muito gratificante de chegar no final de um trabalho como este que é agora no final do ano, e vê Natividade assim tão bonita. (Entrevista TO010007F1A2A nº34A69)							

11 IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Helena M. Mollo, Sandra Maria Faleiros Lima, Sonia Maria de Sousa F. Neiva, Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, Ângela M. Campos, Eunice dos Santos Moura, Gisela, Souza, Hueberson Veríssimo Ribeiro, Piero Detoni, Valéria Moreira I. de Melo, Tatiana Hundrel
-----------------	---

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES		TO	01	00	07	F30	02
4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan. As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo. As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial. De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti: No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade. Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem. As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios. No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura. Ainda segundo o Prof. Nireu: No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com							
SUPERVISOR	14ª. Regional do IPHAN – Goiânia/GO						
REDATOR	Sonia Maria de Sousa F. Neiva – colaboração Raquel Nery						DATA
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	UFT/FAPTO						Revisão Maio 2008

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES**TO****01****00****07****F30****02****4.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**

Existem poucos dados sistematizados acerca as edificações do Centro histórico, e não há um inventário arquitetônico completo, dos imóveis no perímetro tombado. Recentemente 28 dos imóveis que formam o sítio arquitetônico da cidade com 260 unidades foram catalogados pelo Iphan.

As casas se organizaram numa paisagem horizontal e homogênea, todas térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telha, enfileiradas uma do lado da outra. As telhas do tipo capa e canal, assentadas sobre madeiramento roliço, são uma constante nas coberturas. Com o tempo, o chão batido das origens foi substituído, em geral, por pisos rústicos de cimento queimado. As ruas, por vezes irregulares, ainda são orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são, na maioria, murados de pedra ou tijolo.

As edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade. O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.

No caso de Natividade, que foi fundada no final do ciclo da mineração e teve um breve, ainda que intenso, apogeu de mineração de ouro no século XVIII, é provável que as construções das Igrejas tenham sido realizadas sob orientação de padres com algum conhecimento erudito de arquitetura. A irmandade do Rosário é tradicionalmente ligada à escravos e ex-escravos e as ruínas do Rosário em Natividade testemunham esse apogeu do ouro. A Igreja do Rosário nunca chegou a ser concluída em função da decadência econômica do ciclo do ouro na cidade. A Igreja de São Benedito, por sua vez, é um exemplar que guarda características da linguagem vernacular, provavelmente por ser a Igreja posteriormente eguida pelos escravos para o seu próprio culto católico, com seus saberes tradicionais e empíricos de arquitetura.

Ainda segundo o Prof. Nireu:

No período colonial consolida-se uma unidade formal e construtiva nas edificações e cidades brasileiras. Nos prédios laicos e nas fortificações em linguagem austera, de construção sólida e esteticamente composta com